



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE CONTRATOS

SERCO
Proc.: 12.980/22
Pedro Ivo

Despacho nº: 137/2023- SERCO

Processo nº: 12.980/2022

Assunto: Prorrogação de vigência contratual

Interessada: PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.

Senhor Secretário de Licitação, Material e Patrimônio,

Nesta oportunidade trata-se do **Contrato nº 37/2022** (pç. 64), celebrado entre este Tribunal e a empresa **PPN TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA.**, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviço de modernização tecnológica da solução SAS Fraud Framework (SFF) for Government, já adquirida pelo TCDF, para a solução SAS Detection and Investigation (SDI) for Government, com licenciamento perpétuo, sem prejuízo das funcionalidades já existentes, com suporte técnico especializado no gerenciamento e aplicação da ferramenta, atualização de versão, e garantia do fabricante, de acordo com as especificações e condições previstas no Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2022, bem como nos anexos e na proposta da CONTRATADA, que foi firmado inicialmente por 12 (doze) meses, a contar de **29/12/2022**.

2. De acordo com a Cláusula Terceira, a prestação dos serviços relativos aos itens 2 e 4 do referido Contrato poderá ser prorrogada até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, com base no Art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93.

3. Assim, este Serviço, emitiu e-mail para a área executora (Núcleo de Informações Estratégicas - NIE), que se manifestou favoravelmente à prorrogação (pç. 88 e 89).

4. Em 28/08/2023 este Serviço expediu o Ofício nº 65/2023 – SERCO (pç. 90), instando a Contratada a se posicionar sobre a prorrogação, tendo a empresa concordado com a renovação por mais 12 (doze) meses e resguardado o seu direito ao reajuste de valores, conforme preconizado na Cláusula Sexta do Contrato (pç. 91).

5. Com o objetivo de verificar a vantajosidade da presente prorrogação contratual para a Administração, efetuou-se pesquisa de mercado com verificação de sites de transparência de diversos órgãos públicos, onde se observou a incompatibilidade ou inexistência de contratos com o objeto em questão, tendo sido encontrados somente 2 (dois) similares ao do TCDF (pç. 92), conforme quadro abaixo. É um universo de comparação



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
 SERVIÇO DE CONTRATOS

SERCO
 Proc.: 12.980/22
 Pedro Ivo

limitado, porém constitui um importante indicativo de que o preço praticado pelo TCDF está abaixo do que é praticado em outros órgãos. Adicionalmente foram enviados e-mails a órgãos públicos, solicitando contratos como fonte de comparação (pç. 93), mas não houve resposta.

Contrato	Quantidade	Valor Unitário Mensal Serviço de Modelagem
TCDF CT 37/2022	500	R\$ 420,00
ANEEL CT 27/2021	516	R\$ 850,00
DATAPREV CT 01.032831/2021	1000	R\$ 441,27
Média		R\$ 645,64

6. Cabe esclarecer que a natureza do objeto contratual inviabiliza uma comparação precisa de valores, tendo em vista a especificidade do produto e dos serviços. Entretanto, é importante destacar que o preço atual praticado representa um valor **14,77%** abaixo daquele apresentado pela Contratada em sua proposta original (pç. 3).

7. Nesse contexto, cabe observar que a Instrução Normativa nº 5/2017, da Secretaria de Gestão do Ministério de Planejamento Desenvolvimento e Gestão – SEGES/MP, foi recepcionada pelo Decreto Distrital nº 38.934, de 15 de março de 2018.

DECRETO Nº 38.934, DE 15 DE MARÇO DE 2018.

(...)

Art. 1º Aplicam-se às contratações de serviços, continuados ou não, no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Distrito Federal, no que couber, as disposições da Instrução Normativa nº 5, de 25 de maio de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

8. De acordo com o item 7, alínea “b”, do Anexo IX, da citada Instrução Normativa, é dispensada a realização de pesquisa de mercado em algumas situações, conforme abaixo:

7. A vantajosidade econômica para prorrogação dos contratos com mão de obra exclusiva estará assegurada, sendo dispensada a realização de pesquisa de mercado, nas seguintes hipóteses:

[...]

b) quando o contrato contiver previsões de que os reajustes dos itens envolvendo insumos (exceto quanto a obrigações decorrentes de Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho e de lei) e materiais serão efetuados com base em índices oficiais, previamente definidos no



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
 SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
 SERVIÇO DE CONTRATOS

SERCO
 Proc.: 12.980/22
 Pedro Ivo

contrato, que guardem a maior correlação possível com o segmento econômico em que estejam inseridos tais insumos ou materiais ou, na falta de qualquer índice setorial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA/IBGE);

9. Considerando que a Cláusula Sexta do contrato em epígrafe prevê que os valores contratados serão reajustados pela variação anual do IPCA (pç. 64), conclui-se que está atendido supracitado item 7, alínea “b”, do Anexo IX da IN nº 05/2017 – SEGES/MP.

“CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE DE PREÇO

(...)

6.1 Os valores globais para os 12 (doze) meses de execução do ITEM 1 e do ITEM 2, referidos na cláusula quinta, poderão ser reajustados a cada 12 (doze) meses, pela variação acumulada do IPCA, ou outro índice que vier a substituí-lo, ocorrida no período compreendido entre a data da entrega da proposta e a data de aniversário de apresentação da proposta...”

10. Cabe ressaltar que, embora a redação fornecida pela IN nº 05/2017 mencione que a vantajosidade econômica estará assegurada para prorrogação dos contratos “com mão de obra exclusiva”, diferentemente da IN nº 02/2008, da qual constava “contratos de serviços continuados”, permanece válida a dispensa de pesquisa de mercado para contratos de serviços contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, conforme Parecer nº 00004/2018/CPLC/PGF/AGU (Advocacia-Geral da União), abaixo transcrito:

CONCLUSÃO

52. Pelo exposto, podemos concluir que:

- a) Na pesquisa de preços prévia às licitações e contratações públicas, deve o gestor utilizar os parâmetros do art. 2º da IN SLTI/MP nº 05/2014, priorizando-se os valores colhidos a partir do Painel de Preços e das contratações similares de outros entes públicos, para, a partir do material coletado, efetuar a análise crítica dos valores e decidir, de forma motivada, pela utilização combinada ou não dos preços obtidos a fim de compor o preço de referência da futura contratação;
- b) Deve o gestor ficar atento aos casos nos quais a utilização dos parâmetros previstos nos incisos I e II do artigo 2º da IN nº 05/2014-SLTI/MP se mostre ineficaz, situações essas em que as orientações do TCU para o uso do conceito de “cesta de preços aceitáveis” devem prevalecer, ou seja, a pesquisa de preços deve ser feita em variadas fontes, tais como: contratações com entes públicos, pesquisa com fornecedores, bancos de preços, tabelas de fabricantes, sites especializados, entre outros, sempre buscando o preço de mercado do que se deseja adquirir;
- c) O disposto nas alíneas anteriores não se aplica às licitações e contratações de obras e serviços de engenharia, tendo em vista o disposto no art. 5º da IN SLTI/MP nº 05/2014, que determina a incidência do Decreto nº 7.983, de 8 de abril de 2013, para a formação do orçamento de referência desse tipo de contratação.
- d) A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão no ajuste dos requisitos previstos no item 7 do Anexo IX da IN nº 05/2017-SEGES/MP;
- e) A vantajosidade da prorrogação nos contratos de serviços continuados sem dedicação exclusiva de mão de obra estará assegurada quando houver previsão contratual de índice de reajustamento de preços, o que não impede que o gestor, diante das especificidades do contrato firmado, da competitividade do certame, da adequação da pesquisa de preços que fundamentou o valor de referência da licitação, da realidade de mercado, bem como da eventual ocorrência



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO
SERVIÇO DE CONTRATOS

SERCO
Proc.: 12.980/22
Pedro Ivo

de circunstâncias atípicas no setor da contratação, decida, de maneira fundamentada, pela realização da pesquisa de preços.

11. Portanto, é possível inferir que, aos serviços contínuos prestados sem dedicação exclusiva de mão de obra, restará assegurada a vantajosidade econômica, requerida pela Lei nº 8.666/1993, sempre que o contrato contiver previsão da aplicação de índices específicos, setoriais e geral como elemento de reajustamento de preços.

12. Parte da documentação necessária à efetivação da prorrogação encontra-se válida e foi acostada à peça 94. Entretanto, não foi possível emitir a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, que deverá ser requisitada oportunamente.

13. Dessa forma, apresenta-se a Minuta do Primeiro Termo Aditivo (pç. 95), para apreciação e subsequente remessa dos autos à SEGEDAM para a análise pertinente, propondo que seja autorizada a **PRORROGAÇÃO** da vigência do Contrato nº 37/2022, por até 12 (doze) meses, mantidas as atuais condições pactuadas, passando, assim, a vigorar até **28/12/2024**, com amparo no art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/1993.

Finalmente, sugere-se a remessa dos autos à Secretaria de Contabilidade, Orçamento e Finanças - SECOF, para conhecimento da prorrogação ora proposta e providências porventura cabíveis.

À superior consideração.

Brasília-DF, 22 de setembro de 2023.

ASSINADO DIGITALMENTE

PEDRO IVO DE SOUZA E SILVA SOBRINHO

Chefe do Serviço de Contratos
Substituto

Preliminarmente, à **SECOF** para as providências cabíveis. Posteriormente, à **SEGEDAM**.

Brasília, de setembro de 2023.

Leonardo José Alves Leal Neri

Secretário de Licitação, Material e Patrimônio